



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 090

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Durval Amaral
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Valdir Rossoni
PMDB Antonio Anibelli
PP Duílio Genari
PT Elton Carlos Welter
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Ratinho Júnior
PSB Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE OUTUBRO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa, ao Sr. Massami Tanaka, Chefe do Departamento de Relações Exteriores da Província de Hyogo, no Japão.

O proposto se justifica pelo fato de o Sr. Massami Tanaka possuir uma imensa folha de serviços prestados ao nosso País, principalmente ao nosso Estado, como: em 1968 colaborou para firmar a parceria de irmandade entre as cidades de Kobe (Japão) e Rio de Janeiro (Brasil); organizou e chefou a comitiva de empresários japoneses (médias e pequenas empresas) da Província de Hyogo ao Paraná, quando em contato com o Governo paranaense foi manifestada a intenção de se firmar convênio de irmandade entre Hyogo e o Paraná.

Em 1970, foi celebrado e confirmado o referido convênio de irmandade entre a província de Hyogo e o Paraná, através da intermediação do Sr. Tanaka. Em novembro de 74, ele assumiu a Coordenação Geral da Província de Hyogo. Em 1977, assumiu o cargo de Diretor da Secretaria de Indústria e Comércio da Província de Hyogo.

E, 1978, esteve em Londrina e Maringá, acompanhando o Vice-Governador de Hyogo, participando das comemorações dos 70 anos da imigração japonesa no Brasil. No mesmo ano esteve participando da exposição de produtos e mercadorias produzidas na Província, em Curitiba e São Paulo.

Em 1991, assumiu o cargo de Diretor da Associação de Intercâmbio Internacional da Província de Hyogo. Em 1998 esteve novamente no Estado do Paraná, acompanhando o Governador de Hyogo, Sra. Toshitami Kaihara, na comemoração dos 30 anos da irmandade entre o Paraná e Hyogo. Em 2000 assumiu o cargo de Diretor da Associação Brasil-Japão.

Face aos relevantes serviços prestados por tão ilustre personalidade, estamos propondo esta justa Menção Honrosa, como forma de reconhecimento ao Sr. Masami Tanaka, cuja honraria pretendemos entregar quando da visita da missão paranaense de parlamentares e empresários ao Japão, no próximo mês de novembro.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e representando os Deputados da Bancada Evangélica nesta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a mudança do dia e horário da realização dos Cultos Evangélicos, a partir do mês de novembro, conforme segue: Dia: todas as sextas-feiras. Horário: 12h00 às 13h00. Local: Auditório do sub-solo da ALEP.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O horário das 9h30min, nas quintas-feiras, por ser horário de expediente nos gabinetes parlamentares, tem impedido muitos interessados de participar dos trabalhos.

Desta forma, nas sextas-feiras, como é um dia de menos movimento de pessoas que procuram os gabinetes, e por ser o horário reservado ao almoço dos funcionários, não causará qualquer atrapalho ao funcionamento normal dos gabinetes.

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Noeli Castilho, ocorrido nesta data, na cidade de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu esposo, Sr. Adão Castilho, enviando correspondência à Av. Iguaçu, 366, CEP 85.790.00-Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Noeli foi profundamente sentido, não só pelos familiares, mas por todos que a conheciam.

Nascida em Pérola d'Oeste, residia em Capitão Leônidas Marques já mais de 30 anos, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Sabemos que a partida de um ente querido causa grande sofrimento aos que ficam. Entretanto, através da nossa fé cristã, acreditamos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que a vida não cessa com a morte, apenas encerra uma etapa da nossa missão. Significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

Neste momento difícil para toda a família Castilho, envio meus profundos sentimentos, rogando a Deus que proporcione todo o amparo e conforto necessários.

Por sua vez, esta Casa de Leis, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de enviar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Cônsul da Espanha, Sr. Saturnino Hernando Gordo e distinguida comunidade hispano-brasileira, pela realização, em Curitiba, com grande brilho, das comemorações do Dia Nacional da Espanha.

Celebrada no domingo, 17 de outubro, a Data Nacional da Espanha é 12 de outubro, festa da Virgem do Pilar, padroeira de milenar cidade de Salamanca, dos

descobrimentos espanhóis, das Américas, conduzidos pelo brilho do navegador-comandante Cristóvão Colombo.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No Centro Espanhol do Paraná, conforme já é tradição, o Cônsul Saturnino Hernando Gordo e distinguida senhora, mais a distintíssima família, lideram orações à Virgem do Pilar, procissão gratulatória, bailes típicos com castanholas, sevilhanas e jotás galegas e aragonesas, tudo seguido de saborosíssima e farta paella valenciana.

A comemoração folclórica e de identidade latina enriquece o calendário cultural de Curitiba e do Paraná, realçada pela qualidade do Grupo Folclórico Espanhol do Paraná, e pelo patriotismo e dedicação ao Brasil e à Espanha, de seus integrantes que sabem engrandecer seus antepassados e as tradições que unem os dois países.

Poetas quais Miguel de Cervantes, San Juan de la Cruz, Blasco Ibañez, Santa Tereza d'Ávila, Federico Garcia Lorca; músicos, compositores, dançarinos como Camarón de la Isla - o "cantor gitano", os "bailadores" Antonio Canales e Antonio Gades, Manuel de Falla, Pablo Casals; pintores com o talento de Zurbaran, El Greco, Velazquez, Murilo, Goya, Picasso, Dalí, Miró e Antoni Tàpies; arquitetos da ousadia de Juan de Toledo, construtor de Escorial, do engenheiro Cerdá i Sunyer, do arquiteto modernista Montaner, de Oscar Tusquets e do grande Antonio Gaudí, construtor da Sagrada Família de Barcelona, estão nas raízes da "Hispanidad".

A Espanha também é sua incomparável, saborosa e bela gastronomia, as paellas valencianas, as butifaras, os doces de amêndoas e a crema catalana, as tapas, os calamares, as tortillas, os queijos manchegos, os churros e os vinhos, os xerez, ponches e anis, e os espumantes.

Celebrar a Espanha é também celebrar o Arquivo Real das Índias, a Mesquita de Córdoba, o Alhambra de Granada, El Escorial, Santa Maria la Blanca, a Virgem Macarena e a Torre de la Giralda de Sevilha, o Alcázar e a Catedral de Toledo, as Missões Jesuíticas do Paraná, Paraguai e Tapes, enfim, a América e a ousadia do gênio humano.

Seja este voto encaminhado, com grande júbilo, para consulado@onda.com.br, Sr. Cônsul Saturnino Gordo - Centro Espanhol do Paraná, Rua Ciro Veloso, 2 - CEP 80215-230 - Prado Velho; Folclores Espanhol do Paraná, Rua Ciro Veloso, 2 - CEP 80215-230 - Prado Velho.

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Conselho Regional de Medicina, na pessoa de seu Presidente, Donizetti Dimer Giamberardino

Filho, pela abertura do seu Espaço Cultural em Curitiba, no Dia do Médico de 2004, com exposição do importante pintor paranaense Carlos Eduardo Zimmermann.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No dia 18 de outubro, celebração de São Lucas, padroeiro dos médicos e evangelista, o Conselho Regional de Medicina do Paraná, na sua sede, dita Casa do Médico, abriu Espaço Cultural com mostra do médico e pintor Carlos Eduardo Zimmermann.

Nascido em 1952, em Antonina, com curso de Desenho e Pintura com o mestre Guido Viaro em Curitiba, de 1967 a 1969, e bolsa de estudos no Royal College of Art de Londres, Zimmermann tem carreira, desde 1972. É médico desde 1976. Participou de exposições no Brasil, México, Bélgica, EUA e Japão. Foi destaque na 12ª e 13ª Bienais de São Paulo. Foi o primeiro prêmio do 37º Salão Paranaense. É o prêmio “Destakes Hilton de Pinturas”, como um dos dez artistas que mais se destacaram na década de 70 do Brasil.

A criação de uma galeria de arte na Rua Victório Viezzer, 84, na Vista Alegre das Mercês, em Curitiba, equipa o Conselho Regional de Medicina qual entidade social aberta ao público, além de suas elevadas funções.

Seja este voto encaminhado para www.zimmermann-fineartes.com - Conselho Regional de Medicina - Presidente Dr. Donizetti Giamberardino Filho - Caixa Postal 2208 - CEP 80810-340 - Curitiba / PR. Fax (41)240-4001.

REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, seja inserido nos Anais da presente Sessão, voto de congratulações aos artistas Mazé Mendes, Marcelo Conrado e Guilmar Silva, pela exposição “Identidades Paralelas”, na Casa Andrade Muricy, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os três artistas paranaenses apresentam peculiar trabalho, no dizer da professora de História da Arte e pesquisadora, Rosemeire Odahara Graça, “dialogando com conceitos plásticos e com o preconceito do observador. Entre representações que remontam aos primórdios da sociedade, grafismo orgânico que definem o humano, e composições especiais”.

A Casa Andrade Muricy e a Secretaria da Cultura estão de parabéns, por abrirem notável espaço ao que há de melhor na vanguarda da nossa arte.

REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que sejam

enviados votos de congratulações e aplauso à Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, pelo prêmio como melhor companhia do setor elétrico e de prestação de serviço em energia da América Latina (Revista Global Finance/EUA).

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Energia Elétrica do PR - COPEL, na exata comemoração de seus 50 anos está recebendo uma premiação de destaque: dia 22 de novembro ela tocará o tradicional sino de abertura do pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A tradicional cerimônia é uma forma de manifestação de reconhecimento da Bolsa norte-americana a empresas e instituições que se destacam e este é o caso na nossa COPEL.

A caminhada para este reconhecimento passou por várias premiações, entre elas uma pesquisa de auditoria da conceituada empresa Pricewaterhouse e do jornal Financial Times, quando foi eleita a terceira empresa de energia elétrica mais respeitada do mundo. Agora, acaba de ser escolhida como a melhor companhia do setor elétrico e de prestação de serviços de energia elétrica da América Latina, segundo especialistas da revista americana Global Finance.

Pelo destacado prêmio alcançado, receba a Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL (Dr. Paulo Pimentel - R. Coronel Dulcídio, 800 - Batel - Curitiba/PR), os votos de congratulações e aplausos do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Agostinho Miguel Garrote.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Pessoa.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Geraldo Franconi.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre os motivos de transferência dos policiais civis Alfredo Scaff Filho (RG 3.263.462-1-PR) e Ivone Rodrigues da Silva Scaff (RG 5.387.453/3), de Porecatu para Bela Vista do Paraíso.

Casados, eles residem há vários anos na cidade onde têm filhos matriculados e desenvolvem atuação marcante em prol de seus habitantes. A propósito, o policial Alfredo Scaff Filho foi candidato nas eleições realizadas em 03 de outubro último e por esta razão há fortes rumores e evidências de que o casal estaria sendo vítima de represálias políticas, porque perfilaram caminhos opostos ao do atual Governador.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve e considerando o contido no ofício da SEDIR-C/1319/2004/DDI, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, encaminhado ao Sr. Secretário da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Luiz Carlos Caíto Quintana, reapresentamos este pedido de informações à COPEL e à Procuradoria do Patrimônio do Estado do Paraná, para maiores esclarecimentos sobre o assunto em tela:

Perguntamos:

1 - Já que existe ligação direta nos postes de iluminação pública dos oito mil equipamentos, quem paga e como é tarifada a energia elétrica consumida pelo novo mobiliário urbano, recentemente implementado na cidade de Curitiba, através da multinacional de empreendimento privado, Clear Channel Adshel?

2 - Onde estão os relógios para leitura da energia consumida nos painéis publicitários, tótems e relógios digitais?

3 - Como é feito o pagamento da iluminação utilizada nos pontos de ônibus e táxis?

Solicitamos:

- Cópia do contrato nº 14.547, para análise detalhada.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com a contrariedade da Bancada do PMDB, o atual Prefeito de Curitiba cedeu por vinte anos à empresa Clear Channel Adshel, presidida mundialmente por Paul Meyer, presidida na América Latina por Augusto Claux, e presidida no Brasil por Emílio Medina, o direito de explorar publicidade ostensiva nos equipamentos de mobiliário urbano de Curitiba.

A discutível taxa de apenas R\$ 5 milhões/ano, por oito mil novos pontos de anúncios, fica ainda mais contrária ao interesse público, se a eletricidade for gratuita, ou aumentar o consumo da iluminação pública, paga em seu conjunto por toda a população.

Sem falar:

- na poluição visual causada e desinteresse público de se colocar ao lado dos pontos de ônibus, por exemplo, mapas e horários da rede integrada de transporte, ao invés de publicidade comercial;

- na obstrução das calçadas, em muitos casos, obrigando os transeuntes e, sobretudo, as pessoas com necessidades especiais de locomoção (deficientes visuais e físicos), a se lançarem no meio da rua, fora dos passeios, por não poderem passar entre o ponto de ônibus e o alinhamento do muro;

- na dúvida, se sobre semelhante equipamento - por empreendimento privado, visando evidente lucro publicitário - não incide ISS, Imposto Municipal sobre Serviços de qualquer natureza.

- na falta de visibilidade para os motoristas em várias esquinas, propiciando situação de risco de vidas, como por exemplo na confluência da Rua Prefeito Rosaldo Gomes Leitão, com a Rua Professor Benedito Nicolau dos Santos.

Seja este pedido de informações encaminhado à Diretoria da COPEL, e à douta Procuradoria do Patrimônio Público do Estado, na pessoa do Dr. Procurador Arnaldo Moro Filho.

Aguardamos as respostas, na forma da lei.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**R E S O L V E :**

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

Art. 2º - Ficam mantidas, até o final da Sessão Legislativa em curso, com seus atuais Presidente, Vice-Presidentes e membros, as Comissões Permanentes constituídas no início da legislativa.

Art. 3º - Ficam mantidas, até o final da presente legislatura, as lideranças constituídas, na forma das disposições anteriores.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogadas a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Da Sede

Art. 1º – A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

Capítulo II

Das Sessões Legislativas

Art. 2º – A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I – ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º – A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

Capítulo III

Das Sessões Preparatórias

Seção I

Da Posse

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º – Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado e de pé, ratificará a declaração dizendo:

“ASSIM O PROMETO”

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º - Quando algum Deputado tomar posse em sessão posterior à em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, onde, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembléia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado compromissos uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 8º - O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, que com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quorum necessário à abertura da sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 5º – A Mesa da Assembléia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º - Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidente e dos cinco Secretários.

§ 2º - A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidente e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º - Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos.

Art. 7º – No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3º e 4º Sessões Legislativas da mesma legislatura.

§ 1º – Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º – A eleição do Presidente, importará dos Vice-Presidentes e a dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º – A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º – A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, a maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I – chamada nominal para a votação;

II- cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em lista completa para os diversos cargos que compõem a Mesa.

III – colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV – colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - O Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu numero com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - Será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VIII – proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

XI - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas listas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XII - será considerada eleita a lista que for encaabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XIII – proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I – no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II – no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III – no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV – em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco sessões ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

Capítulo IV

Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º – As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 2º – O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º – As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º – Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 4º – Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quorum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º – O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11 – A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão Legislativa.

Parágrafo Único – A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Capítulo V

Dos Líderes

Art. 12 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco

Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar à Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

V – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º – Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º – As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a IV do artigo anterior.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Da Mesa

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente,

1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a Legislatura, no início das sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná.

c) organização dos serviços administrativos;

d) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da

Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII – encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º.

VIII – emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de Resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X – conferir caráter jurídico-normativo a pareceres da Procuradoria da Assembléia, que serão cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII – expedir Resolução de Mesa com vistas a regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XV – fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo.

XVI – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa

XVII – administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia,

XVIII – encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações,

XIX – promulgar emendas à Constituição.

Parágrafo único – A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

Seção I

Do Presidente

Art. 19 – O Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 – São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se pro- puser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo - se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver de deixar sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

Seção II

Dos Secretários

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20.

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V – substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo II

Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

Capítulo III

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legisferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORARIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Leg-

islatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na Constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretaria;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar

ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

Seção II

Das Comissões Permanentes e sua competência

Art. 29 – A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 2º – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

I – Comissão Executiva;

II – Comissão de Constituição e Justiça e Redação;

III – Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

IV – Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul;

V – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VI – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VII – Comissão de Segurança Pública;

VIII – Comissão de Saúde Pública;

IX – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização;

X – Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa.

XI – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de onze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º – Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

§ 2º – Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º – À Comissão Executiva compete:

I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob

sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;

IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V – julgar concorrência e demais licitações;

VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – À Comissão de Constituição e Justiça e Redação compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

I – criação de municípios;

II – incorporação, fusão e desmembramento de município;

III – perda de mandato de Deputado;

IV – transferência temporária da sede do Governo;

V – organização dos Poderes do Estado;

VI – Ministério Público;

VII – intervenção nos municípios;

VIII – alterações de códigos;

IX – organização e divisão judiciária;

X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída a outras comissões, cabendo recurso do autor preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão cabe recurso ao Plenário

da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

§ 3º – À Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986; manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento; e abertura de crédito e manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas

§ 4º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades, sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior e manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 5º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

§ 6º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 7º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 8º – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medica-

mentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 9º – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais e manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 10 – À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V – se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VI – aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 11 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da

Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º – Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única

vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I – à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução que será incluído na Ordem do Dia dentro de cinco Sessões;

II – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

IV – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior ;

V – ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único – A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 – As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 – As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, considerava-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

Seção IV

Da Presidência das Comissões

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

a. convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b. presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

c. solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d. usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e. usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

Seção V

Dos Pareceres

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

Seção VI

Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de

quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no artigo 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

Seção VII

Das Reuniões

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º – O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 – As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

Seção VIII

Dos Trabalhos

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V – leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto.

§ 4º – Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º – A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste Artigo.

§ 6º – Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados em todos os seus termos será assinado pelos mem-

bro presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 7º – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na sessão subsequente.

§ 8º – Na hipótese de haver sido concedido vistas e tiver sido elaborado Parecer, o Presidente submeterá o Parecer do Relator principal para que seja votado em primeiro lugar.

§ 9º – Se o parecer do relator for rejeitado, ler-se-á então o parecer do deputado conforme o parágrafo 6º, se for rejeitado segue-se o disposto no parágrafo 7º.

§ 10 – Aprovado o parecer, será tido como da Comissão e, desde logo, assinado pelo Presidente e demais membros, constando da conclusão o nome dos votantes e respectivos votos.

§ 11 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 12 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 13 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 14 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 15 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 16 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 17 – Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 18 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 19 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 20 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da Comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis, se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada pelo mesmo

prazo. Projeto de Lei, em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vistas.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

Seção IX

Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como a Procuradoria Parlamentar.

Capítulo IV

Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de sessões ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

Capítulo V

Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na forma da regulamentação própria.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer a ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

Capítulo VI

Da Convocação do Suplente

Art. 76 – A Mesa convocará imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

TÍTULO III

DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA

Capítulo I

Das Sessões da Assembléia

Art. 77 – As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas sessões extraordinárias entre duas ordinárias, tantas quanto forem necessárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

Seção I

Das Sessões Públicas

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, dizendo: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 – A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Seção II

Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo

1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

Seção III

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado será comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

Seção IV

Da Ordem do Dia

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

I – redações finais;

II – 2ª discussão;

III – 1ª discussão;

IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

I – redações finais;

II – projetos de lei;

III – projetos de resolução;

IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

I – em caso de preferência;

II – em caso de adiamento;

III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I – a discussão a que está sujeito;

II – de quem a iniciativa;

III – a respectiva ementa;

IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;

V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;

VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

Capítulo II

Das Questões de Ordem

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar “pela ordem” para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

Capítulo III

Seção I

Da Comissão Geral

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I – debate de matéria relevante;

II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Capítulo IV

Da Ordem Interna

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatória aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para Senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento

do fato, o exporá a Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá Ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e regulamentos policiais do Estado.

Capítulo V

Das Atas

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada qualquer número.

TÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Capítulo I

Das Proposições em Geral

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso em seguida à justificação.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma preposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões

Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

Seção I

Dos Projetos

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

- I – perda de mandato de Deputado;
 - II – matéria de natureza regimental;
 - III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;
 - IV – conclusão de Comissão de Inquérito;
 - V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conexão contra os Secretários de Estado;
 - VI – contas do Governador;
 - VII – mudança temporária da sede da Assembléia;
 - VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;
 - IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;
 - X – delegação legislativa ao Governador;
 - XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;
 - XII – consulta plebiscitória para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.
- § 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:
- I – fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;
 - II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;
 - III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;
 - V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;
 - VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;
 - VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;
 - VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;
 - IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência a preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice-Presidente.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restituí-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, a qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção II

Das Indicações

Art. 128 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, com o cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

§ 1º – As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º – As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com quem se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º – A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 4º – A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 5º – Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 6º – Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 7º – Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

Seção III

Dos Requerimentos

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoioamento preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;

III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V – a retificação de ata;

VI – a inserção de declaração de voto em ata;

VII – a observância de algum dispositivo regimental;

VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX – verificação de votação;

X – o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 – Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 – Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º – Serão escritos e independem de apoioamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II – nomeação de Comissões externas;

III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V – manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI – permissão para falar sentado.

§ 2º – Serão escritos e independem de apoioamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II – dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III – dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V – destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI – remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X – votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º – Serão escritos e sujeitos a apoioamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I – convocação de Secretário de Estado;

II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III – criação de Comissões Especiais;

IV – Sessões Extraordinárias;

V – Sessões Secretas;

VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou votações.

Art. 132 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 – Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 – Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

Seção IV **Das Emendas**

Art. 136 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independentemente de apoio o emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – quando estiverem em pauta;

II – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III – Nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de

Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

Capítulo II

Das Discussões

Seção I

Disposições Gerais

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de quinze minutos, favorável e contrariamente, alternadamente, por ordem de inscrição.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado seis oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descortesias.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por um única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Capítulo III

Da Votação

Seção I

Disposições Gerais

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental a discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quorum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de um proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a

votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Seção II

Dos Processos de Votação

Art. 163 – São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemerita.

Seção III

Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 6º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precedê-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Seção IV

Do Encaminhamento da Votação

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de quinze minutos, três à favor e três

contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Seção V

Do Interstício

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

Capítulo IV

Da Preferência

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V – Leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

I – as emendas supressivas;

II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar esta.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independerão desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusado, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

Capítulo V

Da Urgência

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

- a. será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;
- b. expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para elaborar o texto.

§ 1º – Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a

correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Capítulo VII

Do Autógrafo

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à Sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

TÍTULO V

DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Capítulo I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Capítulo II

Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º - Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Capítulo III

Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado a discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º - §Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º - A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º - Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 - Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 - Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único - A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

Capítulo IV

Do Projeto Orçamentário

Art. 202 - Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 203 - Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 - Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 - O Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único - Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 - A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 - Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único - Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 - A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 209 - O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único - Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 - Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do artigo 209 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 - Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para elaboração da redação final.

Art. 212 - Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 - Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Capítulo V

Dos Projetos Vetados

Art. 214 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

Capítulo VI

Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo VII

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

Capítulo VIII

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Capítulo IX

Das Leis Delegadas

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III- direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

Capítulo X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão Constituição e Justiça e Redação, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

Capítulo XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

Capítulo XII

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 236 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitória às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 237 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 238 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

TÍTULO VI DO DECORO PARLAMENTAR Capítulo I

Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 239 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e às contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 240 - São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e a vontade popular.

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

Capítulo II

Das Vedações Constitucionais

Art. 241 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

Capítulo III

Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 242 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 243 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

Capítulo IV

Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 244 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Deputado.

Capítulo V

Das Medidas Disciplinares

Art. 245 - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 246 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 247 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 244;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 249 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 241 desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 242 e 243 deste regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

Capítulo VI

Do Processo Disciplinar

Art. 250 - A sanção de que trata o artigo 248 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 253 executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício.

cio, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 293 deste regimento e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 252 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 255, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 253 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades.

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas.

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo:

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 257 concluindo pelo procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões, ordinárias.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constitu-

ição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 254 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 255 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 246 e 247, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 248 e 249, procederá na forma do artigo 253.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 256 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 257 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 258 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 259 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

Capítulo VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 260 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 261 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Deputados que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 244.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 246 e 249, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 262 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 263 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, compet-

indo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

Capítulo VIII

Corregedoria Parlamentar

Art. 263 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento as determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor, do Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

TÍTULO VII
DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Capítulo Único
Da Iniciativa de Leis

Art. 268 – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III – o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV – será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V – o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI – o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII – nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII – cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX – não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X – a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

TÍTULO VIII
Capítulo Único
Da Secretaria da Assembléia

Art. 269 – Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º – O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º – Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 – É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

TÍTULO X
Capítulo Único
Das Disposições Finais

Art. 271 – Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 272 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 273 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 274 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislativas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 275 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 374/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Casas do Servo Sofredor, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casas do Servo Sofredor, constituída em 13 de novembro de 1994, sediada nesta Capital, trata-se de entidade dedicada à prestação desinteressada de serviços de assistência social à coletividade, visando a promoção social, bem como a reabilitação de dependentes alcoólicos e químicos.

A entidade há mais de década presta tão relevante serviço à sociedade paranaense, promove internamentos, acompanha e reabilita centenas de dependentes.

Pela importância do serviço prestado por essa associação à nossa sociedade que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 375/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila do Povo, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito à Rua Minas Gerais, 61, Bairro Vila do Povo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) Waldir Leite

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila do Povo, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Paranaguá, tendo como objetivo básico a promoção do desenvolvimento comunitário, possibilitando assim a realização das funções que diz respeito à habitação, urbanização, trabalho, recreação, saúde e educação, visando uma melhor qualidade de vida de seus associados.

As principais ações da Associação é defender os interesses coletivos e difusos da sociedade em geral contra danos do patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, através das medidas

judiciais cabíveis e a definição de normas que possibilitem o bem-estar, conforto e segurança.

PROJETO DE LEI Nº 376/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM -, foi fundada em 18 de junho de 1999, por iniciativa de um grupo de ostomizados.

Destina-se a congregar ostomizados e ex-ostomizados, profissionais que atuam na área, parentes e amigos das pessoas ostomizadas, com o fim de coordenação, proteção e defesa dos interesses coletivos e individuais dos associados.

A entidade divulga à comunidade a existência dessa Associação, prestando esclarecimentos quanto a tratamentos, melhoria de atitudes e combate e preconceitos.

O trabalho desenvolvido pela APONM merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 377/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Fundação Quadrangular Família Feliz, com sede no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Quadrangular Família Feliz classifica-se como Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, já declarada de Utilidade Pública pelo Município de Curitiba, através da Lei 9.385, de 08.10.1998, atuando nas seguintes áreas:

1) criação de desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;

2) prestar assistência social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;

3) desenvolver o potencial humano visando a inclusão social e a conscientização da cidadania;

4) assistir com cestas básicas às famílias menos favorecidas, quando necessário.

PROJETO DE LEI Nº 378/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Independente de Toledo - ACITOL, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Independente de Toledo - ACITOL, entidade de cunho sócio-cultural, fundada em 02 de dezembro de 1998, é uma associação civil, sem fins lucrativos, devidamente registrada no CNPJ nº 02.900.476/0001-04, vem realizando um excelente trabalho de integração social, com os serviços prestados na Rádio Comunitária, que atende a toda a população do Município.

Estimulado o crescimento social e cultural do indivíduo e da comunidade, integrando harmoniosamente com os serviços de defesa civil sempre que necessário, e no aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos radialistas e jornalistas, com programação artística e jornalística na comunidade e a integração dos membros da sociedade atendida.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Venho a esta tribuna para falar do orgulho de todos nós, paranaenses.

Venho a esta tribuna para lembrar o longínquo 26 de outubro de 1954, quando numa atitude de coragem o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha, assinou o Decreto nº 4.974 e criou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a nossa COPEL de hoje.

A COPEL foi eleita como a terceira melhor companhia de energia do mundo, pelo jornal Financial Times.

A nossa COPEL, construída com o suor do rosto de cada paranaense, foi eleita, pela Revista Global

Finance, como a melhor companhia do setor elétrico e de serviços da América Latina.

Os prêmios da nossa COPEL não param por aí. Ela foi eleita a maior empresa da Região Sul, pela Revista Amanhã, que utilizou o critério de grandeza, por valor ponderado da Fundação Getúlio Vargas.

Foi eleita a melhor distribuidora de Energia Elétrica da Região Sul, segundo pesquisa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Foi eleita a Empresa de Serviço Público que mais Respeita o Cliente, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Relação com o Cliente.

Foi eleita como a terceira empresa mais citada no segmento de Utilidade Pública pela consultoria PriceWaterhouse Coopers e o jornal Financial Times, de Londres, em 2004.

Foi finalista do 8º Prêmio Transparência, por ter um dos 10 melhores e mais transparentes balanços publicados no País, este ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A nossa COPEL, que lá em 1954 era apenas um desejo, uma vontade de um governador de visão, um homem que pensava o futuro, passa a fazer parte de um seletor e restrito grupo onde apenas outras cinco empresas chegaram. A COPEL, empresa pública de propriedade do povo do Paraná, está ao lado da PETROBRAS, da EMBRAER, da Vale do Rio Doce, da Braskem e da Odebrecht. E somente estas, fazem parte do topo dessa elite na América latina.

O prêmio a essa competência genuinamente paranaense virá no próximo dia 22 de novembro, quando o ex-Governador Paulo Pimentel, atual Presidente da COPEL, estará tocando o sino de abertura do pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

O tilintar da marca do capitalismo mundial vai se espalhar a cada uma das mais de 3 milhões de residências de paranaenses, que recebem a energia da nossa maior empresa. Estará na casa de cada um dos 1.112 povoados, distritos e vilas de nosso Paraná. Vai soar em 50 mil indústrias, 263 mil estabelecimentos comerciais e em mais de 325 mil propriedades rurais.

Vai encher de orgulho o peito de 6.695 paranaenses, que diariamente vestem o uniforme da marca paranaense mais conhecida no mundo.

Seja lá na solidão das linhas rurais, que atendem as mais longínquas propriedades, seja no subsolo das 18 hidrelétricas, construídas e operadas pela nossa COPEL ou então no mais alto cargo de direção. São eles os funcionários da nossa COPEL que fazem parte desse momento histórico.

A nossa maca mais conhecida no mundo é um complexo industrial e de serviços cuja rede de distribuição atinge 165 mil km de linhas, o suficiente para quatro voltas em torno da Terra, pela linha do Equador.

A nossa COPEL já produz 7% de toda a energia consumida no País.

E por praticar a menor tarifa de energia elétrica do Brasil já atraiu, somente nos últimos 18 meses, mais de 4 mil novas indústrias para o Paraná.

A COPEL do povo do Paraná é a empresa de serviço de Utilidade Pública mais respeitada no país e a terceira em todo mundo. Recebe esta premiação, graças a postura do atual Governo, em levar energia nos mais humildes casebres do nosso Paraná.

Levando energia de graça, para aqueles nossos irmãos desprovidos de sorte e quem não tem como pagar pelo serviço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todo esse patrimônio correu risco, sim. Esteve na eminência de ser transferido para fora do País, pela mioopia, irresponsabilidade e ganância do governo passado, que tentou tirar de cada um de nós essa ponta de orgulho.

Em nome da eficiência privada, que hoje dá mostras de sua incapacidade e incompetência técnica, administrativa e gerencial, na administração do complexo elétrico de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao levantar esse episódio, faço para que se registre na história que esse orgulho paranaense é resultado de cada um daqueles que foram às ruas dizer não à venda da COPEL.

Daqueles que silenciosamente puseram sua assinatura na primeira emenda popular votada nesta Casa, não permitindo que um grupo de vendilhões e oportunistas transformassem em pó, a melhor empresa pública do País.

Em homenagem ao ex-Governador Bento Munhoz da Rocha, que teve a visão estratégica da energia como motor de propulsão para o desenvolvimento do Estado.

Em homenagem ao Governador Roberto Requião, que teve a coragem de romper contratos lesivos ao interesse público e restabelecer a credibilidade da COPEL, que na gestão passada acumulava prejuízos em seus balanços e hoje contabiliza lucros.

O que alguns articulistas desinformados classificaram como Risco Requião e depois como Risco Paraná na verdade era a salvação da nossa COPEL.

Vítima da má fé e da incompetência Lerner, Ingo Hübert e outros trabalhavam para transformar a melhor empresa de energia do País em mais uma negociata onde quem perderia seria o povo do Paraná.

Perderia o Estado, tornando-se incapaz de gerir sua política de energia e conseqüentemente seu desenvolvimento.

Quero fazer um alerta aos playboys engravatados, que continuam olhar sobre a COPEL com ares de cobiça.

No Paraná nunca mais vocês vão se apropriar do bem público para engordarem suas contas em paraísos fiscais.

O Paraná tem um povo que trabalha e tem orgulho daquilo que faz e a COPEL começou sua vida como um bem do povo e assim sempre será.

Parabéns, Dr. Paulo Pimentel, Diretor-Presidente da COPEL. Parabéns, funcionários e Diretores. Parabéns

Deputados que cerraram fileiras nesta Casa, ao não permitirem que a COPEL seguisse o caminho do BANESTADO.

Parabéns paranaenses, de cada canto desta terra; é assim que se constrói um Estado de amor pelo Brasil.”

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Só gostaria de registrar a presença do nosso Prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim, e o Prefeito eleito, Leopoldo Meyer, que estão neste momento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado e agradecemos as ilustres presenças na nossa Sessão de hoje.

Deputado Barbosa Neto, com a palavra.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não posso ficar calado diante do quadro caótico que se encontra a saúde no Estado do Paraná, mas hoje quero me focar na questão da cidade de Londrina.

Veja só, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje a imprensa noticia dois casos de extrema gravidade que depõem contra a saúde no Estado do Paraná - doméstica morre e família reclama do Hospital Universitário - a Polícia Civil de Londrina abriu inquérito para apurar ser um funcionário do Hospital Universitário agiu de forma negligente quando da morte de Benedita Honorato, de 52 anos. Esta senhora procurou o Hospital Universitário e faleceu às doze horas de domingo enquanto seguia do Hospital Universitário para o Pronto Atendimento Municipal.

O Hospital Universitário é um hospital que atende os casos de alta complexidade e deixou de atender essa senhora de 52 anos que acabou morrendo quando se diria ao Pronto Atendimento Municipal. Olhem o absurdo que se comete neste caso especificamente - deixar-se de atender num hospital de chamada excelência para levar para um pronto socorro onde esta senhora perde a vida! Se isto fosse um caso isolado nós não iríamos fazer tanto alarde em relação a este caso. Mas, na verdade, é o segundo que acontece em menos de 48 horas na cidade de Londrina, porque nós tivemos também a morte da manicure, Sandra Maria Lourenço, de 47 anos de idade. Ela morreu 48 horas antes da morte da Sra. Benedita Honorato, na UTI da Santa Casa de Londrina. Ela passou a tarde de sexta-feira toda à procura de socorro, à procura de atendimento médico, o que acabou não acontecendo, e teve a vida ceifada.

Vejam o absurdo, ela chegou a ser atendida duas vezes no Hospital da zona norte, mas a incompetência fez com que ela deixasse esse hospital, voltasse para sua casa, procurasse um outro hospital para que aí, posteriormente viesse a falecer na UTI da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Londrina.

Portanto, esses dois casos são patentes do estado caótico que infelizmente tomou conta do sistema de saúde na cidade de Londrina. E a gente não vê nenhum tipo de providência sendo adotada pelas instituições que têm a responsabilidade de tratar desta questão.

E veja como Londrina está realmente à mercê da própria sorte no que tange ao assunto de saúde. A própria CAPESMEL, que é a Caixa de aposentadoria e assistência para os servidores municipais, está orientando os seus usuários a não pagarem uma taxa de consulta que é cobrada dos pacientes que não aderiram ao plano de saúde particular. E os médicos que fazem o atendimento por plano de saúde suspenderam este atendimento numa decisão que foi anunciada ontem pela associação médica de Londrina e que afeta 50 mil usuários na nossa cidade. Há alguma coisa de errada nesta questão. Eu tenho plena convicção de que o Governador do Estado Roberto Requião, não tem conhecimento do que anda acontecendo na cidade de Londrina. Eu sei que o Governador tem mil preocupações e é claro tem que tomar conta de todo Estado, porque se soubesse desta situação, tenho certeza que ele agiria mais rapidamente e de forma contundente.

Portanto, neste dia de hoje, subi à tribuna desta Casa para denunciar o estado de abandono da Saúde Pública na cidade de Londrina. Incompetência no Hospital da Zona Norte; há a necessidade de uma investigação a respeito dessa morte, a Polícia Civil, e nós esperamos que faça isso o mais rapidamente possível, conclua o inquérito policial para apurar a outra morte, que infelizmente aconteceu na cidade de Londrina.

Em menos de 48 horas duas jovens senhoras, uma de 47 e outra de 52 anos acabam morrendo por falta de atendimento de Saúde. E algumas pessoas dizem que Londrina é modelo de atendimento na área de Saúde, no Estado do Paraná, imaginem as outras cidades!

Nós fazemos este apelo aqui ao Governador Roberto Requião, para que ele estenda o GAS aos funcionários do Hospital Universitário, para o Hospital das Clínicas, das autarquias e universidades para evitar essas distorções e para que, acima de tudo, haja um nível de satisfação muito grande por parte dos funcionários e se evite casos, como esses que eu denunciei na tarde hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar ao próximo orador, esta Presidência registra, com satisfação a presença honrosa do Prefeito de Cascavel, nosso colega de Assembleia, Edgard Bueno.

Com a palavra, Deputado Nelson Tureck, até 1º de janeiro, quando será Prefeito de Campo Mourão.

O SR. NELSON TURECK

Sr. Presidente, Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados.

É com muita alegria que subo hoje à tribuna desta Casa e lembrando 1992, quando eu era Vereador em Campo Mourão e já eleito Prefeito na cidade de Luisiânia. E a história se repete, em 2004, Deputado Estadual do Paraná, representando a Região Central do Paraná, a CONCAM, eleito Prefeito na cidade de Campo Mourão.

Essa eleição eu disputei em Campo Mourão com um projeto concreto, consistente, vital para seu desenvolvimento. Campo Mourão, para ter o seu caminho, a sua vocação, a sua identidade e vender a sua imagem econômica, um projeto aprovado por esta Casa e que cria o pólo agroindustrial. Aprovado pelos 54 Deputados e por estar dentro da constitucionalidade foi amparado em lei, sancionado pelo Governo, e como Prefeito eleito, irei implantá-lo.

Quero dizer aqui, Srs. Deputados, que a maior dificuldade que enfrentei, a maior guerra, a maior batalha na minha campanha política, já enfrentei eleições de Vereador, já fui prefeito, três mandatos de Deputado e mais uma eleição de candidato a Prefeito de Campo Mourão, foi vencer uma pesquisa do IBOPE. São coisas lamentáveis, Srs. Deputados, e que não podem acontecer no Paraná e neste Brasil. Não esperava que pesquisas fossem manipuladas, direcionadas. Vejo a compra de uma pesquisa, quem compra e quem fabrica uma pesquisa direcionada, como quem rouba. Acredito que a política está na hora de moralizar! Não é possível! Tínhamos todas as pesquisas, e em momento algum estive atrás nas pesquisas em Campo Mourão. Todas as pesquisas, 15, 18, até 20 pontos na frente. E tem uma pesquisa do IBOPE colocando o adversário 37, e eu com 38. Na verdade, a diferença na pesquisa era de 20 pontos!

Veio a segunda pesquisa. Fiquei até admirado, quando já anunciavam o resultado antecipado em Campo Mourão, quando já diziam de 3 pesquisas feitas pelo IBOPE. Uma daria 38 por 37, outra 42 por 35 e a última, 47 por 33. Não acreditava. E foi!

É lamentável que isso aconteça ainda nos dias de hoje, neste Brasil. Vocês devem ter visto pela televisão na pesquisa colocando o candidato com 52% dos votos válidos, eleito Prefeito de Campo Mourão, colocando os candidatos com 8 mil votos na minha frente!

Como é que fica hoje essa pesquisa do IBOPE? Eu sempre acreditei, também, mas a partir de agora, não só o Paraná, mas muitos Municípios deste Brasil não têm mais como confiar num instituto de pesquisa. Eu não consegui registrar uma pesquisa! Até pesquisa contratada da Alvorada Pesquisa, que sempre fez pesquisa e na hora de registrar a pesquisa, cadê? Aí falta um documento, falta outro e não consegui registrar pesquisa!

Agora vejamos, colocaram um candidato com 8 mil votos na minha frente, e eu ganhei ainda por 281 votos. Todas as pesquisas davam para o candidato a Prefeito Nelson Tureck, de 4, 5 mil votos à frente. É claro que uma pesquisa publica, direcionada, e ainda mais num jor-

nal que tem uma audiência como é da RPC, colocando o adversário na frente, existem aqueles indecisos que não querem perder o seu voto e votam em quem está na frente na pesquisa.

Isso aconteceu praticamente 4 ou 5 dias antes das eleições, mas, graças a Deus, tivemos um time guerreiro, um time em Campo Mourão que vestiu a camisa e lutou os 90 minutos molhando a camisa, arregaçando as mangas. Se fosse qualquer outro, Valdir Rossoni, teríamos perdido as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. passa a usar o tempo da Liderança do PSDB.

O Sr. Nereu Moura

Quero cumprimentá-lo pela sua retumbante vitória em Campo Mourão.

Já convivi com V. Exa. há tantos anos, aqui nesta Casa, e nesse período devo confessar, V. Exa., sabe muito bem, do grande respeito e admiração que nutro por V. Exa.

Em meu nome, e em nome do meu Partido, o PMDB, queremos parabenizá-lo pela sua retumbante vitória e desejar-lhe sucesso no seu governo na progressista Campo Mourão. Sei que V. Exa. é um homem corajoso e enfrentou todos esses percalços que V. Exa. está relatando na tribuna desta Casa e com certeza, vai enfrentar outros tantos desafios à frente da Prefeitura de Campo Mourão.

Tenho certeza e absoluta convicção que V. Exa. fará um grande trabalho, será um grande prefeito e fará Campo Mourão cada vez maior, melhor, mais bonita, mais humana e mais justa.

Receba, Deputado Nelson Tureck os nossos parabéns, os nossos votos de muito sucesso, e com certeza V. Exa. deixará muita saudade aqui nesta Casa.

Meus parabéns pela sua vitória.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras do 1º Secretário, meu companheiro, amigo, Deputado Nereu Moura.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço pela preferência do ilustre Prefeito de Campo Mourão.

Essa questão de pesquisa não estranha mais a ninguém. Nós que moramos no Paraná ou que estamos aqui estranhamos é que em Curitiba não sai pesquisa.

O que será que está acontecendo, Deputado Tureck, você que tem esta vasta experiência de ter sofrido com essa questão das pesquisas? As nossas, internas, nos dão ampla vantagem em Curitiba não sai pesquisa! Então, é uma coisa que também tem que ser levada em conta e analisada, porque certamente na hora em que

aparecer pesquisa de Curitiba, vai trazer novidades como a sua.

Agradeço e cumprimento V. Exa.

O SR. NELSON TURECK

Concedo aparte ao Deputado Rafael Greca e depois ao Líder do PSDB.

O Sr. Rafael Greca

Quero felicitá-lo pela brilhante vitória na condição de seu amigo e na condição de paranaense.

Eu conheço a bondade do seu coração, a competência da sua carreira e estimo que, para desespero dos seus invejosos, o senhor será um brilhante prefeito porque vai governar com a medida do coração, vai governar com a extensão daquilo que é essencial a todos os bons prefeitos, a medida do amor pela cidade e da presença junto do povo, sobretudo, do povo mais humilde.

Acho que Campo Mourão viverá agora uma era de grande alegria, à altura da sua tradição festeira, célebre no Brasil inteiro, pela festa do carneiro no buraco, mas também, uma época de muito trabalho, digna da tradição da sua família.

Eu me associo aos outros Deputados pela sua vitória, que também é uma vitória da democracia contra essa ditadura dos números dos que querem ganhar a eleição antes do povo, com a tecnocracia dos que podem pagar as pesquisas de opinião, pagando 40, 50 mil reais por números falsos.

Já não é sem tempo que o Brasil proíba as pesquisas eleitorais de véspera de eleição ou quem sabe as regule severamente para que não se estabeleça uma ditadura de números que ameaça seriamente o processo democrático.

Parabéns Deputado Nelson Tureck, porque V. Exa. é um resistente e um vitorioso.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras do Deputado Rafael Greca. Vencemos essas eleições porque temos garra e aplicamos a política do trabalho, a política da construção, a política verdadeira e da sinceridade.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Nelson Tureck, nós queremos também nos somarmos na manifestação dos demais Parlamentares desta Casa, com relação da sua candidatura da luta travada contra esse poderoso instituto de pesquisa, que sempre tentou prejudicar a sua caminhada política. Vivenciamos de perto a sua eleição, do contrato permanente que mantivemos durante o curso da campanha eleitoral, por telefone com a sua pessoa, sempre nos colocava da realidade local do Município.

O que me traz esta tarde a fazer-lhe o aparte, é para fazer aqui algumas considerações ao político Nelson

Tureck. Pela sua história brilhante, de um homem que começou como Vereador numa cidade pequena, Luiziana, de poucos habitantes e muito poucos eleitores e, mais tarde, Prefeito, elege-se Deputado Estadual pela terceira vez, disputa a eleição na cidade de Campo Mourão, volta a disputar e acabou conseguindo pelo sufrágio da população, do Município de Campo Mourão. Uma eleição digna do estilo de Nelson Tureck, empreendedor, um Deputado com garra, determinado, ousado, aguerrido, que não tem medo de desafios. Enfrentou, e nós sabemos, perfeitamente, adversários poderosos com o poder da máquina na sua cidade. Mas, a população deu um voto de confiança, ao amigo, ao companheiro, principalmente.

Nós sabemos do Deputado Nelson Tureck que tem uma vinculação muito forte com a população dos bairros, da cidade de Campo Mourão, com o interior de Campo Mourão e, a sua vitória foi consagradora. Ela é realmente um tapa de luva ao IBOPE, que lhe colocou sempre atrás das pesquisas e, que deve repensar neste momento quando anuncia o resultado de uma pesquisa no Paraná e no Brasil.

Esse é o melhor exemplo para os paranaenses da sua eleição no Município de Campo Mourão. É realmente muito difícil para um político, para um candidato a Prefeito ter que enfrentar um resultado de pesquisa lhe colocando com oito mil votos atrás, quando o senhor já estava à frente na pesquisa eleitoral! Isso tem o reflexo de uma bomba na campanha eleitoral.

Mas você foi forte, mostrou a Campo Mourão e para o Paraná, de que o Tureck é um vencedor.

Parabéns, em nome da Liderança do PSDB, nesta Casa, nós já estamos sentindo saudades do grande Nelson Tureck, na tribuna, do Deputado corajoso, ousado, que fez aqui brilhante discurso.

Eu tenho certeza que o seu lugar nesta Casa, estará reservado, quando sair da Prefeitura de Campo Mourão.

Parabéns, pela sua eleição.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras do nobre companheiro, Líder do nosso Partido, Ademar Traiano.

Cedo a palavra ao Deputado Nelson Garcia.

O SR. NELSON GARCIA

Agradeço o meu companheiro e amigo, Nelson Tureck, e o parabenizo. Você sabe que como vizinho de Umuarama, nós acompanhamos o seu sofrimento e estávamos do lado. Sabíamos do erro, porque passamos por isso em Umuarama, também, da mesma forma que você sofreu com o IBOPE. Você ganhou do IBOPE; eu confesso para você, perdi do IBOPE.

O meu candidato foi derrotado em Umuarama pelo IBOPE, porque quando o IBOPE apareceu em Umuarama e fez uma pesquisa na BR-86, que não existe em Umuarama, nós contestamos. Na gleba da Figueira 1, na gleba da Figueira 2, que não existe em Umuarama, na divisa com Icaraíma.

O candidato eleito hoje - vou respeitar a opinião do povo - já tinha desistido da sua campanha, parado tudo, porque todas as pesquisas davam, nós na frente, até nas deles.

De repente vem o IBOPE à noite e dá uma cacetada inversa. De tudo que aconteceu foi inverso. Daí mudou a história. Não caiu o nosso candidato; os outros candidatos desapareceram e foram todos para o ganhador. Ainda errou no último, porque deu uma diferença de quase 10% que nós fizemos de voto ainda.

Eu vi o seu sofrimento, eu vi de muitos companheiros do Estado do Paraná. É uma vergonha que aconteça esse tipo de pesquisa. Não conhecem a cidade de Campo Mourão, não conhecem a cidade de Umuarama. Vieram umas pessoas de fora e fizeram essas pesquisas em locais que não existem e ganharam a eleição!

Posso dizer que você é um grande vitorioso, porque além do seu trabalho, da sua equipe você ganhou do Instituto do IBOPE a sua eleição em Campo Mourão. Não posso dizer o mesmo, porque eu perdi para o IBOPE em Umuarama, porque, depois que ele veio e deu a cacetada, não conseguimos mais reverter a situação. Mas espero que o Prefeito eleito faça um bom trabalho. Espero que você tenha confiança, da mesma forma que você fez uma bela administração na cidade de Luiziana, você vai fazer em Campo Mourão e você sabe que pode contar com os amigos aqui e nós conhecemos a sua competência. Parabéns por levar esse tema até a tribuna, porque o povo paranaense e o povo brasileiro têm que estar atentos a esse Instituto de Pesquisa. Para mim, no meu pensamento, tem que acabar com todos!

O SR. NELSON TURECK

Agradeço suas palavras e queria dar a palavra ao Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Quero cumprimentá-lo pela vitória do povo de Campo Mourão ao elegê-lo Prefeito. Essas pesquisas - eu não entendo de pesquisas, - são de longa data que vêm sendo fraudadas. Às vezes quando é do interesse de um, aplaudem, e às vezes, quando são prejudicados, criticam. Nosso PMDB, o nosso Governador Roberto Requião veio sendo prejudicado em muitas pesquisas e perdeu uma eleição, manipulação de pesquisas. Mas quero cumprimentá-lo em nome, do meu Partido PMDB, dizer, que conhecendo V. Exa. pelo seu trabalho, pela sua origem de Vereador, Deputado Estadual, um homem afeito à população mais carente, porque V. Exa. é meu concorrente na região lá de Goioerê, na região de Campo Mourão, na nossa região Oeste do Paraná. Eu sei o prestígio, o trabalho, a vontade que V. Exa. tem em acertar, a maneira com que trabalha, viajando na madrugada. Quantas vezes lhe aconselhei, como amigo, não viaje de madrugada. À meia-noite quando nos encontramos em Campo Mourão, num posto de gasolina, quando V. Exa. voltava para Curitiba e eu também - Não viaje sem motorista, a nossa

vida é mais importante. E V. Exa. dizia - não, Deputado, tenho compromisso, vou para Curitiba, porque amanhã tenho que estar na Assembléia.

É assim que se faz política, um homem sem preguiça, deixando muitas vezes seu interesse pessoal, particular, da sua família, para pensar no interesse da população. Por isso foi eleito.

Eu defendi dentro do meu Partido, o apoio a V. Exa. O meu Partido foi infeliz em Campo Mourão ao não fazer o acordo com V. Exa. e quase que nós perdemos a eleição.

Eu me considero vencedor na pessoa de V. Exa., porque o meu Partido foi mal, porque os líderes não foram a favor e ouvindo a população. Ganha a Assembléia, ganha o Paraná com a dignidade, com a simplicidade e a maneira de tratar a população de Campo Mourão.

Parabéns a V. Exa., parabéns a Campo Mourão, por eleger um homem simples, afeito à população mais carente.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço as suas palavras, e Sr. Presidente, eu disse que iria apresentar um requerimento para fazer uma CPI, mas a melhor resposta já foi dada pela população de Campo Mourão -, essa vitória nossa nas urnas.

E vou dizer aqui uma frase que eu dizia na campanha. “Na paz, assim como na guerra, a união produz a vitória e foi a vitória de Campo Mourão. E se eu for chamado em uma guerra para defender o meu Estado, Paraná, eu mato, e por Campo Mourão, eu morro”.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Igualmente cumprimento ao nobre companheiro Tureck, desejando que ele faça uma ótima gestão como Prefeito da cidade.

Diria, que tão nocivo quanto as pesquisas equivocadas agora como o Barbosa Neto - é a campanha do voto útil no primeiro turno, que

realmente também é uma coisa danosa na minha avaliação.

Em Londrina nós fomos vítimas da campanha do voto útil no primeiro turno, dizendo que não votassem em Elza porque daria, com certeza, Belinati. Portanto, eu e o Barbosa de certa forma sofremos também, além da questão da pesquisa que influencia o eleitor, principalmente o despolitizado, que diz que não vai votar em quem está perdendo, não entendendo que votar e ganhar é votar naquela pessoa que você escolheu e que acredita, mesmo que ela não ganhe a eleição. Isso para mim é voto ganho, mas nós vamos levar um tempo ainda na política brasileira para chegarmos a esse estágio de compreensão.

Mas hoje, já conversei com o colega Barbosa Neto, e gostaria de informar que em relação às questões colocadas por ele na tribuna em relação à GAS, essa gratificação da Saúde. Conversei com o Governador Roberto Requião, que sinalizou e autorizou a esta Deputada a conversar com o diretor do Hospital Universitário, do HU, dizendo que vai incluir todos os funcionários que trabalham, na área de Saúde, na GAS, necessitando para isso a busca de recursos, mas que já estava sinalizando essa questão, bem como a contratação de funcionários também na área administrativa para o HU. Portanto, o Governador nos autorizou a sinalizar essas duas questões que nós já conversamos com os servidores do HU, que de fato também trabalham na área de saúde, e correm o risco da periculosidade tanto quanto os trabalhadores de qualquer outro setor da área de saúde. Temos outras demandas na área das Universidades que igualmente estamos conversando com o Governador, com o Secretário Rizzi, participando de várias reuniões, e sabemos que o Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Educação, igualmente tem essa preocupação, e haveremos de buscar uma solução para esse problema, porque de fato é preciso revermos os salários e a situação das Universidades no Paraná, e o Governador tem consciência disso.

Mas uso hoje a tribuna porque na Sessão passada o Deputado Durval Amaral - que não está presente - fui perguntar para alguns colegas, mas não tenho certeza, ele fazendo uma crítica à situação política nacional, se refere ao nosso país a uma República de bananas, fazendo uma crítica ao caos em alguns setores, e alguns problemas ainda nós vivenciamos no Brasil. Eu diria que nós vivemos uma República nanica, uma República anã, tentando desesperadamente com os instrumentos que temos, construir uma democracia nanica, anã.

Nós estamos buscando e não é fácil a construção da democracia num país despolitizado como o nosso é. Eu diria que o nosso nível de despolitização se acentua, e não sei se os companheiros percebem muito, e no processo eleitoral. Quando queremos discutir nossas cidades, quando queremos discutir os nossos Estados e quando queremos discutir o nosso País, os entraves, as tramas, as teias e os interesses individuais se sobrepõem sobre os coletivos de tal maneira que ficamos assustados. Trago essas reflexões porque acho que são importantes e que nós teremos muitas eleições pela frente.

Passei por essa eleição em Londrina e não me sinto uma derrotada, porque perder uma eleição faz parte do jogo político, do jogo democrático. Às vezes ganhamos; às vezes perdemos. O que me deixa magoada são as situações que nos levam a ganhar ou a perder uma eleição.

Isso deve ser motivo de reflexão, porque continuo o meu mandato - e os companheiros que participaram do processo eleitoral e não foram felizes nessa eleição - olhando para o futuro. Não podemos nunca baixar a cabeça e ficar remoendo o que já passou. Devemos tirar dessa experiência o que foi importante para nos fazer

crescer e melhorar as nossas condições como político neste País.

Vi em Londrina de tudo um pouco. Fizem comigo de tudo um pouco. Tive material apreendido; mesquinhas; denúncia de partidos, falta de recursos. Entretanto, terminaram as eleições e já estava pensando no meu mandato aqui nesta Casa e o futuro iremos construir.

Hoje ouvi alguém dizer: “é duro ser derrotado”. Depende da concepção que você tem de vitórias ou de derrotas. Desse limão farei uma bela limonada. Fortaleci, porque fui capaz de entender os meus limites e de compreender o meu potencial.

É preciso entrar numa luta como esta sabendo das dificuldades, mas tendo a serenidade e a certeza de que devemos ir até o final, até as últimas consequências.

Portanto, o que sobra é muita experiência em relação à militância política e o fato de ter sido a primeira mulher a me colocar como candidata à Prefeitura de Londrina na história de 70 anos. Isso também merece ser colocado na minha biografia.

Não citarei nomes, mas estou dando um recado direto para uma pessoa que tive uma conversa hoje me colocando como derrotada. Sinto-me uma vencedora.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva

Deputada Elza, fomos incentivadores da sua candidatura em Londrina. Torcemos muito, embora, distantes. Sabíamos das suas dificuldades, mas sabíamos das suas propostas descentes. O povo não entendeu.

O importante é a disputa de forma decente. Nem sempre o ganhador é o vencedor, dependendo da forma como isso ocorre. E nem sempre o perdedor é o derrotado.

Nós em Foz do Iguaçu fomos derrotados, mas a população também foi derrotada. Quero deixar claro aqui que iremos ver isso no futuro.

Fizemos uma campanha decente, uma campanha de propostas, como sempre foram nossas eleições, e não perdemos, tornaram a eleição de Foz, numa campanha das mais imorais que eu já participei até hoje. Caminhões de jornais colocando a nossa família como se fossem marginais e assim nos tomaram a eleição, mas como se diz, você entra numa disputa para ganhar ou para perder; temos que estar preparados.

Nós perdemos, mas de cabeça erguida, pois foi por uma fração de dois e pouco por cento. Sessenta e oito mil votos conta sessenta e três e pouco, quatro mil e pouco votos num colégio como Foz do Iguaçu, mas nos sentimos vencedores pela forma decente e democrática que conduzimos nossa campanha.

Eu não acredito que os que ganharam tenham como comemorar pela campanha mais suja que eu vi até hoje politicamente, desculpe a expressão. Quero só deixar registrado que V. Exa. fez uma campanha

democrática, com propostas decentes, sem vender a alma para se eleger, é isso que importa.

Parabéns pela sua participação!

Quanto à pesquisa, queria só manifestar e deixar no ar para os nobres Deputados que só na minha cidade (e imagino que na maioria das cidades de porte do Paraná), houve lá em Foz três pesquisas, sei que isso não é barato. Será que é bondade do IBOPE? Ou é da TV Paranaense?

Eu só pergunto: quem está por trás disso?

Duvido que o IBOPE faça de graça! Nós temos informações que os dados da pesquisa eram diferentes dos da eleição. Então, só quero que a classe política, a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional cuidem disso para saber quem está por trás disso. Será que o IBOPE é tão bondoso que faz pesquisa de graça?

Se alguém está pagando, terá os números que ele quer na pesquisa? Quero deixar isso no ar: quem será que é tão bondoso para fazer pesquisa, que não é barato, em todo Brasil?

O Sr. Valdir Rossoni

Deputada Elza, concede um aparte?

Ouvi o seu pronunciamento e V. Exa. deve ter já sentido no decorrer desses dois anos que sou um apreciador dos bons pronunciamentos e do bom debate aqui nesta Casa. Até sou um dos Parlamentares que provoca o debate, porque o debate enriquece esta Casa e faz com que reflitamos as questões e os momentos em que vivemos.

Convivi dentro desta Casa com um homem chamado Anibal Khury. Fui por duas vezes Parlamentar e ele presidiu esta Casa e muitas vezes vi pessoas indo ao Deputado Anibal Khury se aconselhar para ver se seria candidato ou não. A resposta do Deputado Anibal Khury era a seguinte: “só perde a eleição quem não disputa!” E esta é a certeza que eu tenho, pois com o nome, com a credibilidade que V. Exa. tem em Londrina, V. Exa. não perdeu a eleição, mas, sim, contribuiu para que a eleição tivesse uma outra maneira de acontecer em Londrina pelo seu jeito diferente de fazer política como fez no seu pronunciamento.

Agradeço e cumprimento por ser a primeira mulher a disputar as eleições em Londrina.

Nos meus pronunciamentos em campanha eleitoral, sempre tenho dito que vamos a muitos comícios, reuniões e vemos muitos homens, mas quando vejo a presença da mulher, sinto o cheiro da vitória. Pode ter certeza que apesar de ter perdido nas urnas, V. Exa. ganhou para, no futuro, construir uma carreira política.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua seu pronunciamento, porque já esgotou o seu tempo.

A SRA. ELZA CORREIA

Agradeço mais uma vez...

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, Deputada Elza?

A SRA. ELZA CORREIA

Já encerrou o meu tempo...

O Sr. Nereu Moura

Mas V. Exa. pode usar o Horário da Liderança do Governo.

A SRA. ELZA CORREIA

Se for permitido, com o maior prazer.

O Sr. Nereu Moura

Se o Presidente permitir?

Deputada Elza, V. Exa. chegou aqui nesta Casa em janeiro de 2003. Eu a conhecia pelos jornais e pela luta que V. Exa. travava em Londrina, na Câmara Municipal.

Conhecia o seu trabalho e não a conhecia pessoalmente. Conheci no dia das eleições, quando participamos de um programa de televisão e V. Exa. estava no estúdio da TV em Londrina, e eu lá em Cascavel.

Confesso que desde quando chegou aqui, a nossa admiração, que já era grande por V. Exa., aumentou pela sua coerência, qualidade, garra, determinação, firmeza. Pela maneira como se comporta, o seu companheirismo, com lealdade, sendo firme sempre nas suas posições. Sendo dura quando é necessário ser. Isto fez com que V. Exa. pudesse ter sempre o nosso respeito e a nossa admiração.

Tenho certeza que V. Exa. fez uma campanha bonita em Londrina, fez uma campanha de propostas, de idéias, mas num processo altamente desfavorável pelos informes que recebemos de V. Exa. e do Deputado Barbosa Neto, do jogo pesado que foi o processo eleitoral em Londrina.

Por isso, quero dizer que para nós do PMDB e para nós como Parlamentares desta Casa e como Parlamento, de certa forma foi bom que aqui pudesse ficar por mais dois anos ou por mais tantos anos quantos V. Exa. será reconduzida, com certeza, e esta Casa, porque é importante para nós, pelo trabalho e por sua lealdade.

Por isso, quero cumprimentá-la pela bela campanha que fez; acompanhei a sua dificuldade, as suas queixas, a falta de recurso, a falta de estrutura. Uma campanha muito difícil.

Se não fosse a sua firmeza, dedicação, caráter, não teria tocado em frente essa batalha.

Por isso, Deputada Elza, aceite o nosso reconhecimento e a sua grandeza. V. Exa. não engrandece só o PMDB, mas sobretudo, este Parlamento.

A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigado, companheiro, pelas palavras elogiosas.

O Sr. Barbosa Neto

Permite-me um aparte, Deputada, já que todos estão fazendo uso da palavra?

Gostaria também de aproveitar para cumprimentá-la, não apenas na condição pessoal, mas de público, aqui, de uma pessoa que teve o prazer de disputar a eleição no lado oposto ao da senhora, mas pode ter certeza que V. Exa. sempre demonstrou total coerência com a sua prática e com o seu discurso ao longo da sua história. Nós tínhamos no passado, pelo menos de minha parte digo no passado, divergências, mas aqui nesta Casa faço inclusive minhas as palavras do Deputado Nereu Moura, aprendi a conhecê-la, a respeitá-la e, acima de tudo, a admirá-la pela firmeza da sua idéia e principalmente pela luta da concretização desses ideais.

Tivemos uma campanha honesta, limpa, entre nós principalmente, e sabemos que a senhora não é do tipo da política que dá o tapa e esconde a mão. O que tem a dizer, fala na cara e sempre com uma ternura acima de tudo, apesar de todo o seu passado de luta em defesa pela conquista da democracia, como o senhor seu pai, Manoel Jacinto, a senhora tem honrado esse nome e acima de tudo, honrado a presença feminina nesta Casa de Leis.

Portanto, quero me redimir eu que já tive divergências e embates contra a senhora, me redimo de tudo isso e respeito-a pela sua história, pelo seu passado e parabênizos, inclusive pela sua campanha. Acompanhamos as dificuldades, a falta de recursos, até as armações que V. Exa. foi vítima. Parabéns pelo seu trabalho e tenho certeza que essa derrota é apenas um aprendizado para outras vitórias que virão, com certeza.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA

Muito obrigado, agradeço as palavras carinhosas e afetivas dos nossos companheiros.

Para finalizar, gostaria de dizer que vou voltar a falar sobre este assunto amanhã, porque os apartes foram um pouco longos hoje, mas acho que não dá para passar em branco a questão da apuração incondicional que o Governo Federal realmente tem que fazer em relação à questão do Bolsa Família.

Essa é uma questão vergonhosa, e ontem eu ouvia pela televisão uma cientista política dizendo que esses programas são muito interessantes, mas o que de fato dá dignidade, enobrece e que faz a inclusão social é a questão da geração de emprego e renda. Mais de uma vez temos visto boas intenções, como é o caso desse Programa Bolsa-Família - que consome aproximadamente sete milhões do Governo Federal e que é mais ou menos o orçamento da educação no Brasil - que não têm resolvido e surtido o efeito que nós todos gostaríamos que surtissem.

Acho importante começarmos a fazer uma reflexão e ver se o ideal não seria fazer esses investimentos do ponto de vista de garantir emprego e salário, trabalhar como uma cruzada em relação à educação e à saúde, porque isso é apenas a ponta do iceberg que começa a aparecer no Brasil. Quando foi para implantar o programa do leite aqui no Paraná e o Governador Roberto Requião desvinculou das Prefeituras, evidentemente não generalizando, mas já com a preocupação que não fosse utilizado de má fé, eventual ou indevidamente, em alguma região do nosso Estado do Paraná e formou comissões para cuidar dessa questão.

Então, penso que todos nós, brasileiros que somos e que temos a obrigação de trabalhar em relação à inclusão social, devemos continuar esse debate aqui na Assembleia Legislativa. Aqui é o fórum, porque de repente não é com esse ticket ou cartão do Bolsa-Família que vamos fazer a inclusão social se não mexermos nas questões muito mais emergenciais e que de fato provocam a inclusão, que é a questão de geração de emprego e renda para cada brasileiro. Assim, a patifaria e a roubalheira, de certa forma, cessariam, acomodariam, porque o próprio brasileiro, com dinheiro oriundo do seu trabalho, estaria pagando a sua comida, a sua água, a sua energia e a sua saúde.

O SR. PADRE PAULO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença de nosso companheiro, o Professor Sérgio Pioresona, eleito Prefeito. Jovem e competente professor, juntamente com seu vice, o Laertes, acompanhado do filho Adilson, e dos dois Vereadores Val e o Eduardo, do nosso Partido.

E ao cumprimentar o nosso companheiro Sérgio pela sua vitória em uma campanha bastante transparente, limpa e muito barata - talvez digamos uma das mais baratas ou a mais barata do Estado do Paraná - quero também aproveitar para cumprimentar todos os demais que concorreram, lembrando a Deputada Elza, que é tão admirada em Londrina, e por nós aqui pela sua coragem, sua profecia e também lembrar dos demais que concorreram, como Nelson Garcia, Carli e outros nossos colegas. Parabéns pela Campanha!

E lembrar que realmente a maior vitória é ter a coragem de concorrer. Se ganha ou não ganha, é o jogo da política!

Parabéns e obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Solicitei a palavra pela ordem para registrar aqui a presença do Prefeito eleito da cidade de Sertãoópolis, Dr. Luiz Oporto e a sua esposa Dra. Vera, bem como ao seu filho, Júnior Oporto, Vereador e reeleito também naquela cidade. Fez uma bela eleição, a despeito das pesquisas que amanhã quero abordar no momento oportuno, a despeito de todos os momentos de pesquisas, mostrando até com dificuldade a sua vitória.

Foi uma vitória espetacular onde prevaleceu o conceito, a moralidade e o serviço prestado àquela comunidade em detrimento do poder econômico e de todas as suas conseqüências.

Que receba o Dr. Luiz e a sua família o nosso reconhecimento pela vitória e também a vitória do PMDB em Sertãoópolis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós, em nome da Presidência gostaríamos de agradecer imensamente a presença dos nossos visitantes.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros paranaenses que nos dão o prazer de suas presenças.

Sr. Presidente, de uma forma muito especial, gostaria de cumprimentar o Prefeito Güinter Rodol, de Mercedes, que está aqui na tribuna, acompanhado de seu assessor Sávio; o Prefeito Jaime Basso de Céu Azul, acompanhado de seu Vereador nosso amigo Brizola, que estão aqui assistindo a nossa Sessão.

Sr. Presidente, o que me traz a ocupar a tribuna na Sessão de hoje é para fazer algumas considerações a respeito daquilo que tem acontecido no Estado do Paraná e daquilo que se notícia no Paraná, através dos órgãos da imprensa, principalmente quando o Governo do Estado canta em prosa e verso o crescimento econômico e industrial do nosso Estado. Todos os jornais trazem hoje estampados, e eu trago aqui o jornal Gazeta do Povo que diz que o nível de emprego das montadoras do Paraná é o maior desde 1999.

Pois bem, Sr. Presidente, Zucchinho, V. Exa. que preside a Sessão de hoje e Srs. Deputados, quando o ex-Governador Jaime Lerner trouxe as montadoras para o Paraná, o então Senador da República, Roberto Requião, fazia as mais severas críticas em relação às montadoras que o Governo do Paraná estava trazendo para o nosso Estado!

Pois muito bem Srs. Deputados, uma frase que eu não me canso de dizer é que só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa, e principalmente, Deputado Nelson Garcia, as ações do Governo: o tempo. O tempo é a razão de si. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou de desmentir as pessoas. Hoje, 2004, passaram-se dois anos do ex-Governo. O atual Governo, ainda no primeiro ano de Governo, já contava que o crescimento industrial do Estado do Paraná estava acima da média nacional. E todo mês, quando isso acontece, quando é medido pelo IBGE ou DIEESE, seja qual for o órgão, cada vez se fala que o Paraná, graças ao Governo que está instalado hoje, tem um crescimento acima da média nacional.

O que é que disse o Presidente da República ontem, Deputado Elton Welter, - eu não estive presente, -

mas parece que V. Exa. esteve na Associação Comercial, que os reflexos do crescimento industrial só se sentirão em um prazo de dois anos. Aí eu pergunto: quem está com a razão, o Presidente ou o Governo Roberto Requião? O crescimento econômico e industrial do Estado do Paraná é consequência de uma política econômica implantada pelo Governo passado. E esse atual Governo não quer reconhecer isso, essa é a verdade, porque a imprensa nacional noticia e principalmente a do Paraná cantando as grandes vitórias do Estado, porque nós crescemos mais do que a média nacional. Mas, isso é reflexo de uma política implantada pelo Governo passado, quando começou a industrialização em todo o Paraná: no Oeste, no Sudoeste, no Centro e tantos outros lugares a mais. E o que é que aconteceu com o Paraná? A empresa Continental Pneus, que é a quarta maior fábrica/empresa de pneus do mundo, assinou no dia 27 de novembro de 1997, Deputado Tadeu Veneri, um protocolo com o Governo do Estado do Paraná para instalar em primeira mão uma fábrica de correias no Município de Ponta Grossa e está lá instalada e funcionando. Num segundo momento, dentro do protocolo assinado, consta a instalação...(passa a usar o Horário da Liderança do seu Partido)...

Esta fábrica, Continental Pneus, assinou o protocolo Deputado Duflío Genari com o Governo do Estado a instalar a indústria de pneus no Estado do Paraná.

Pois bem, quando o governo Roberto Requião assumiu a administração no nosso Estado, já em 2003 começou a denunciar os protocolos, os contratos, os convênios e começou a espantar os investimentos. As empresas saíram do Estado, se não bastasse todo o rolo que ele criou com o Porto de Paranaguá, com relação aos transgênicos. E onde que foi esta indústria? Para o Estado da Bahia!

Na Veja desta semana, está aqui estampado, uma página inteira - bem-vindos à Bahia - diz no portal, uma página inteira na revista Veja desta semana. E o que diz nessa propaganda do Governo da Bahia? A Continental Pneus, a quarta maior fábrica de pneus do mundo está chegando à Bahia! Depois da Ford, aliás a Ford também está no Rio Grande do Sul por birra do Governo que sucedeu o ex-Governo, ela saiu do Rio Grande do Sul e foi para Bahia também - da Vercel, celulose, e dezenas de outras empresas nacionais e internacionais chegam à Bahia, a quarta maior fábrica de pneus do Planeta! É mais emprego, mais renda e desenvolvimento para o nosso Estado - seja bem-vinda, Continental Pneus!

Quem entende de investimentos prefere a Bahia, Deputado Valdir Rossoni. Uma empresa que estava aqui no Paraná, que o Paraná perdeu, por causa do Governo Roberto Requião! O Paraná tem que saber disto! Não é concebível que nós vemos cantar em festa, aqui na Assembléia, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi primeiro Secretário de Indústria e Comércio do Governo Jaime Lerner, Fernando Ribas Carli, que era Secretário de Governo, Chefe de gabinete, Chefe da Casa Civil, nós

sabemos o trabalho que foi realizado, e quem paga as consequências é a sociedade do Paraná! Aliás, por falar nisto, Srs. Deputados, o atual Governador entende muito bem, sim, de querer enganar a sociedade do Paraná, assim como ele fez no dia 14 de setembro deste ano, quando foram inaugurar na cidade de Cambé uma indústria de remédios, a Exal do Brasil, investimento me parece que de 30 milhões de reais e este protocolo foi assinado dia 13 de setembro de 2001, no governo passado, e quando inauguraram essa indústria o Deputado Durval Amaral já usou esta tribuna e já fez referência a isto, o atual governador diz - nós trouxemos a industrialização ao Estado do Paraná!

Esqueceram-se que esta indústria veio a Cambé no governo passado, quando assinaram o protocolo no dia 13 de setembro, quando inauguraram ontem aqui em Curitiba o LACEN, Laboratório Central do Estado, uma obra que também foi iniciada pelo ex-Governador e tem defensor do Governo, que faz parte da sua bancada, dizendo que o atual Governo é um governo que tem visão, que instala um Laboratório Central de Medicamentos no Estado do Paraná, isto seria uma visão estratégica!

Ora, quem iniciou essas obras, quem teve essas visões foi o atual ou foi o Governo passado?

Esta é a triste realidade!

É isso que está acontecendo com o nosso Estado do O Paraná! Nós estamos vendo investimentos saindo do Paraná, outros Estados felizes, alegres e a sociedade do Paraná infelizmente tem a lamentar! O crescimento industrial do Estado do Paraná, que ainda temos se deve, exatamente pelo modelo implantado pelo Governo passado de atrair investimentos, porque pelo atual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos que só há fuga de investimentos do nosso Estado.

Podíamos falar ainda muito, mas atendendo o pedido de V. Exa., Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo que, com toda certeza, voltaremos a este muitas vezes ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra ao Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, eu como líder do PT, Partido que dá sustentação ao Governo Requião, temos muito a comemorar. A Oposição é salutar, mas o mundo todo fala de modo positivo da política econômica que tem contribuído, sim, Deputado Elio Rusch, inclusive com a venda dos nossos automóveis, aqui no Paraná.

É bom que se diga que a política econômica está sendo destacada esta semana pela revista Fortune que elogia a política econômica do Governo Lula. A revista americana Fortune que vai para as bancas esta semana publica uma reportagem com a manchete: - Aprendendo a amar Lula, em que diz que a economia brasileira está se

recuperando graças às exportações para a China e outros países.

A Fortune afirma que não há falta de problemas no Brasil: - pobreza profunda, grandes dificuldades nas rodovias e portos mas depois de elogiar a política econômica do Governo Lula a revista diz que a diferença é que agora o Brasil “abençoado” com recursos tem a melhor chance, em décadas de começar a atingir o seu potencial e começar a subir para o patamar dos países mais desenvolvidos. Isto, de acordo com a revista, é uma boa notícia para um Presidente de esquerda, com uma agenda fiscal responsável.

Além disso, Srs. Deputados, temos outras notícias: - o nível de emprego na indústria brasileira cresceu pelo quarto mês consecutivo, em agosto com taxa de 0,9% na comparação com julho, e acumulando no período a expansão de 2.6%. Em relação a agosto do ano passado o crescimento foi de 3.1% conforme divulgou hoje o IBGE.

Na produção a indústria registrou o sexto mês de expansão consecutiva com aumento de 1.1% em relação a julho. Sras. e Srs. Deputados realmente o Brasil e aqui o Estado do Paraná estão no caminho certo, todos os Governos contribuíram de uma forma ou de outra, mas hoje o nível de emprego formal, com carteira registrada, está se dando no interior do Estado também, isto são estatísticas oficiais.

Está se criticando a compra do avião pelo Presidente Lula. Todas as viagens que o Presidente Lula fez ao exterior aumentaram em 30% as exportações do País; isso é reflexo da boa economia deste País que vai aumentar a receita para os Estados e Municípios. Isso é um dado relevante! Inclusive o avião da Presidência era chamado de Sucatão e um País continental como o nosso com um Presidente que tem a responsabilidade como tem o Presidente Lula de tocar este País como está tocando com certeza merece um avião que tenha condições de viagem e segurança e que será inclusive utilizado por outros Presidentes da República. Inclusive tem muitos aqui que andam de BMW! Por que é que o Presidente vai continuar andando com o “Sucatão” correndo risco de vida inclusive?

Ontem tivemos o privilégio de o Presidente da República estar aqui no Paraná. Quero convidar os Deputados de Oposição a visitar o Laboratório Central do Estado, os investimentos que lá foram feitos, a estrutura que está lá à disposição do povo do Paraná, o volume de recursos colocados pelo Governo do Estado em parceria com o Governo Federal. realmente é uma prioridade o investimento em saúde neste Governo. E com certeza essa estrutura do laboratório Central do Estado é importante e beneficia muitos e muitos núcleos regionais, principalmente nas áreas especializadas, que precisam fazer os exames.

Sr. Presidente, também ouvi atentamente o pronunciamento da Deputada Elza que falava sobre o Bolsa Família. Quem tem a responsabilidade de cadastrar as famílias, são os Prefeitos dos Municípios, e se esse

cadastro não foi bem feito, realmente ocorrem problemas. E está certo o Ministério fazer um grande levantamento e checar esses cadastros. está certo investigar isso, porque infelizmente sabemos que ocorre um fisiologismo, muitas vezes uma irresponsabilidade de quem é gestor público (até uma crítica à classe política, mas temos que assumir isso).

Temos que fazer com que esses cadastros sejam controlados, sim, pelo Poder Público local, mas a sociedade tem que ajudar nesses cadastros. Tem que envolver a sociedade civil, o pessoal das Pastorais das Igrejas Católicas e Evangélicas, porque eles sabem onde ocorrem os bolsões de pobreza. E com certeza esses cadastros melhorarão muito quando a sociedade se envolver cada vez mais. Queremos sim, que o Governo Federal, em parceria com os Municípios atenda cada vez mais os menos favorecidos. Também não gosto de repassarmos apenas 50 ou até 90 reais como é o caso da Bolsa-Família. Mas infelizmente é a situação que herdamos neste País, é a situação de muitos países emergentes. E o País precisa melhorar a sua distribuição de renda e riqueza. Por isso estamos lutando tanto para fazer a reforma agrária.

A reforma da Previdência foi feita, o déficit vai diminuir gradativamente, é um projeto para mais de 20 anos. A reforma tributária também foi feita, vão ser feitos mais alguns ajustes e esperamos que os avanços do País realmente ocorram.

A Sra. Elza Correia

Acho importante que a Assembléia discuta esse tema, porque tem tudo a ver conosco, porque estamos falando do nosso País e, portanto o nosso Estado não está fora disso.

Preocupa-me, evidentemente, acho que temos que dizer um SOS, salvar a fome de ontem.

Mas esses projetos soltos não me parece que sejam a solução da inclusão (estou fazendo uma reflexão em cima disso). Temos que pensar em ações mais efetivas do ponto de vista da geração do emprego e renda. Ontem quando vi a assessora do Ministro falar que a população tem que fiscalizar, eu me lembrei (evidentemente que não vai a comparação porque não tem nada a ver) daquela questão que quando o custo de vida ia lá nas estrelas o Sarney pedia para que as mulheres brasileiras fossem as fiscais. Tenho muito medo dessa história de a população virar fiscal. Não é assim que deve funcionar.

Acho que o Governo tem instrumentos muito mais competentes, administrativamente falando, para resolver esse problema, do que convocar a Nação brasileira para fiscalizar o que lhe é de direito.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, a demonstração, principalmente da política econômica que está sendo apontada pelo Governo Federal e dá reflexo, com certeza, em todos os Estados do País e da Federação, apontam, sem sombra de

dúvida para um futuro muito promissor deste País e dos Governos dos Estados a nível local.

Com certeza, Prefeitos, independente de Partido, que se elegeram nesse período de alternância de poder, a nível local, com certeza também terão muitos programas e projetos que no ano que vem estarão à disposição dos novos prefeitos eleitos e nós temos convicção que, dada a conjuntura que aponta claramente crescimento seguido e sustentável para os próximos anos sem sombra de dúvida, com uma segurança tranqüila...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua o vosso pronunciamento.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Já concluo.

... dá uma demonstração do porquê da preocupação da Oposição com relação ao País, com relação ao Estado, porque a crítica é sempre bem-vinda mas estamos acertando na macro política, estamos acertando nas políticas a nível de município também e na inclusão social. Queremos melhorar a situação do povo brasileiro. Queremos fazer com que o povo paranaense seja o mais beneficiado. Não é novidade para ninguém.

Só para finalizar, aqui no Paraná podemos comemorar, sim. O crédito para a agricultura familiar do ano passado, aumentou os contratos em trinta por cento.

Isso significa garantia, lá na ponta. Aqui dá para falar de um dado importante, da isenção do PIS e COFINS sobre os produtos da cesta básica, tem seguro o preço da comida para o cidadão mais humilde ou para as pessoas que consomem os produtos como o feijão e o arroz.

Então são os avanços pequenos como esses mas que refletem no bolso do consumidor, na renda que ainda é muito pequena para a maioria do povo brasileiro, mas que esperamos que seja aumentada ainda no decorrer do nosso...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PP.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Para registrar presença do Vereador reeleito em Nova Santa Rosa, nosso companheiro Noedi e a presença do Prefeito de Vera Cruz do Oeste, reeleito e do Prefeito de Mercedes e de Céu Azul, Jaime Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli. Aliás, se me permite Deputado também até primeiro de

janeiro quando assumirá a nossa querida cidade de Guarapuava, como seu prefeito.

Parabéns pela vitória.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava a ouvir o ilustre Deputado Elton Welter no seu pronunciamento, falando a respeito do sucesso da política econômica do governo federal. Tudo isso em função da vinda do Presidente Lula no dia de ontem, ao nosso Estado, inaugurar uma obra inacabada, mas não vou entrar no mérito, mesmo porque é uma obra que foi planejada por um Governo do qual eu participei, um Governo que tinha visão de futuro, quando pensou em dotar o Estado do Paraná de um laboratório da mais alta qualidade.

O que me traz à tribuna é a questão da política econômica do governo. Quando o senhor vai à tribuna e louva as ações do Governo Lula, creio que o senhor está renegando tudo aquilo que defendeu durante toda a sua vida política. Digo isso porque fui Deputado Federal no Governo de Fernando Henrique Cardoso e em todas as questões econômicas votei contra o Governo Fernando Henrique Cardoso, porque não concordava com a política econômica adotada pelo então Presidente.

O que nós vemos hoje é uma política econômica adotada pelo Presidente Lula mais neoliberal, mais ortodoxa do que aquela que foi implantada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estão aí os números. Se nós olharmos os superávits primários que são exigidos pela população brasileira, eu digo aos senhores: Estão tirando o sangue do povo brasileiro. Estão tirando o sangue para pagar a banca internacional.

Veja, Deputado Elton Welter, no ano de 2003, com todo o esforço, com todo o arrocho para que nós pudéssemos ter um grande superávit, conseguimos um superávit de 70 bilhões. Não foi suficiente, tivemos que aumentar a nossa dívida em mais de 70, por que os juros e o principal da dívida que venceu, alcançou mais de 140 bilhões de reais.

Essa é uma política suicida. Está o Presidente Lula e sua equipe econômica cantando em prosa e verso, que o País vai bem. Não vai bem!

Vim diversas vezes a esta tribuna louvar as qualidades do Presidente Lula, mas a política econômica não vai bem, não! Peguem os números do orçamento da União. Não existe arrocho maior do que o que o Governo Federal faz em todo o País!

Na área, estão fechando hospitais. Nas pequenas cidades do País, não funcionam mais hospitais, porque não conseguem pagar os seus custos com o que recebem da verba do SUS. Hoje o problema chega as cidades de médio porte onde os hospitais estão sufocados.

Vamos sair da área social, vamos para a área de infra-estrutura; as estradas estão abandonadas, não conhecemos nenhum projeto de novas construções. Aí, falar

que o Governo é responsável pelo aumento da exportação, não é não! O aumento da exportação se dá em função do esforço da iniciativa privada. O esforço da agricultura, Deputado Elton Welter, o senhor que é um homem oriundo da agricultura, de uma região que produz para o Brasil e para o mundo, sabe o esforço que faz a agricultura.

Quero lembrar aqui mais uma coisa: se hoje a agricultura consegue concorrer, atingir níveis de produtividade inigualáveis, foi porque houve um grande perdão aos agricultores. Não vamos esquecer a securitização da agricultura, que fez com que este setor hoje fosse o grande responsável pelos saldos expressivos na nossa balança de pagamento. A iniciativa privada está fazendo a sua parte, o Governo está arrochando, é um Governo que trabalha para os bancos.

Deputado Elio Rusch, Deputado Rossoni, Deputado Nelson Justus e Deputado Tadeu Veneri, um homem da classe bancária. Se pegarmos os lucros dos bancos, vamos ver que nunca os banqueiros foram tão felizes na sua história como estão sendo agora. Fui bancário, e foi assim que eu consegui o meu título universitário. Os bancários nunca foram tão massacrados como foram agora! Está aí recente a greve que ficou por mais de um mês, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica. Bancos oficiais, Deputado Tadeu Veneri, sendo massacrados!

Nunca houve na história do País uma queda de renda tão grande como vem acontecendo nos últimos anos, desde a implantação do Plano Real. Nós sabemos disso.

E essa história que o país vai bem? Um país só vai bem quando o seu povo vai bem, quando o seu povo é feliz, quando o seu povo tem saúde, quando o seu povo tem lazer, quando o seu povo tem renda.

Muito bem colocada aqui a questão da Bolsa-Escola. Claro que é um esforço para darmos aqui alguma condição a quem não tem, mas não é esse o caminho. Nós temos que gerar empregos, desenvolvimento e isso infelizmente não estamos assistindo por parte do Governo do Lula. Está privilegiando o setor financeiro. Os bancos nunca tiveram um lucro tão expressivo como estão tendo.

Deputado Elton Welter, por um lado sinto, e por outro tenho grande alegria. Não vou poder estar aqui nos trabalhos legislativos do próximo ano, porque estarei à frente da Prefeitura de Guarapuava, cidade onde nasci e os meus conterrâneos me elegeram Prefeito. Então, estarei na Prefeitura. Mas queria estar aqui, para que pudéssemos, no ano que vem, conversarmos sobre qual será o déficit em transações correntes do nosso País, em quanto será aumentada a dívida pública brasileira, para que possamos honrar os compromissos.

Esse é o dado mais importante, é aquela história de um comerciante português que não fazia muita contabilidade, simplesmente tudo o que ele vendia, ele colocava no bolso da direita, tudo que ele pagava, ele pagava com o dinheiro do bolso da esquerda. No final do dia, tinha que sobrar no bolso da direita.

A grande verdade é que no final tem que sobrar no saldo. E queria estar aqui para ver de quanto será o déficit em transações correntes. Esta é a prova cabal de que não é essa a política econômica que vai resolver os nossos problemas. Infelizmente. Eu acreditava piamente.

Não quero dizer que tenha votado para o Presidente Lula e tenha feito campanha para ele. Não fiz, mas acreditava que o Presidente Lula teria todas as condições para impor uma nova ordem econômica, social e política em todo mundo. Infelizmente a econômica não está acontecendo.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer um comunicado. No dia de hoje, falando com o Presidente Hermas Brandão, com o 1º Secretário Nereu Moura, fui informado que o projeto das trinta horas já foi remetido para sanção ou não. Espero que para sanção do Governador Roberto Requião.

Estou fazendo este comunicado à Casa, porque nós temos funcionários que são da Saúde, que estão conosco aqui, aguardando que o Governador Requião, até por uma questão de coerência, já que nós todos defendemos as trinta horas em todas as campanhas eleitorais, possa sancionar esse projeto que virá trazer, sem dúvida nenhuma, uma qualidade de vida muito grande para a população e para os servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O nosso Presidente nos sinaliza aqui que já foi enviado.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Se V. Exa. consultar as notas taquigráficas, no momento em que a Deputada Elza Correia fazia uso da palavra, o Deputado Nereu Moura lhe concedeu o direito de utilização da Liderança do Governo, também a Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem razão V. Exa. Infelizmente, não haverá horário da Liderança do Governo.

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria de dar oportunidade ao ilustre Líder do Governo, se num acordo de cavalheiros eu cederia metade do meu tempo, se V. Exa. assim o desejar, e for uma comunicação inadiável.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço, Deputado Valdir Rossoni. Sei que V. Exa. é um cavalheiro.

Muito obrigado, mas amanhã farei uso do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas não é possível, Deputado Rossoni, embora V. Exa. tenha esse direito democrático de oferecer.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu até faço isso, Presidente Augustinho Zucchi, porque depois que eu vi o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri defendendo o avião, defendendo algumas questões.

Desculpe, Deputado Tadeu Veneri, é o Deputado Elton Welter, porque me ficou na cabeça uma preocupação, quando V. Exa. falou que foi encaminhado a questão das trinta horas para o Governador, e ouvi no seu comunicado à Casa uma preocupação, não tem certeza que o Governador vai sancionar; senti assim no ar, então eu mentalizei o seu nome. Mas eu queria dar oportunidade ao Líder do Governo, Natálio Stica, para ver se ele endossaria o pronunciamento aqui feito pelo Elton.

Deputado Elton Welter, se os seus eleitores neste momento recebessem, e é por isso que quero aproveitar aqui para cobrar do Presidente Hermas Brandão a nossa televisão, porque este pronunciamento que V. Exa. fez daquela tribuna, se soasse no Oeste do Estado do Paraná, eu não tenho nenhuma dúvida de que muitos eleitores seus se decepcionariam com o seu pronunciamento.

O meu temor, e por isso até estou fazendo isto, quero deixar registrado, Deputado Fernando Ribas Carli, Prefeito de Guarapuava, sabe qual é o meu temor? É que dia 31 de outubro termina o 2º turno, e desligue-se as televisões do Brasil e aí o Governo acaba, porque a grande verdade, esta euforia que está na mente de alguns, não está no mercado brasileiro! Eles fazem uma conta da maneira que lhes convém!

Alguém está faltando com a verdade quando se fala em geração de empregos! O Governo Federal do Paraná gerou quinhentos mil, este Governo Federal é incompetente, porque a Federação gerou um milhão e cem, quer dizer, o Estado do Paraná está fazendo milagres!

Outra questão, Deputado Nelson Justus, gostaria que V. Exa. pedisse desculpas ao povo paranaense, porque V. Exa. foi Secretário da Indústria e Comércio e não conseguiu implantar neste Estado, sessenta mil empresas em dois anos! É uma coisa extraordinária o que está acontecendo no Paraná, a euforia não tomou conta apenas dos governistas, a euforia, Deputado Nelson Justus, tomou conta dos oposicionistas. Nós temos que nos render a tantas verdades. Eles esquecem por exemplo, de que em dois anos de Governo, o primeiro ano de crescimento do Brasil, Deputado Carli, foi negativo. Ao invés de gerar emprego, gerou desemprego! Eles não descontam isso! Eles esquecem que para gerar dez milhões de empregos em quatro anos, têm que gerar dois milhões e meio de empregos por ano! Já passaram dois anos; o primeiro ano foi negativo, desconta isso, vira em nada! E aí vem o Governo do Paraná gerando quinhentos mil empregos, seiscentos mil empregos, e aí em pergunto

para mim mesmo: quem está faltando com a verdade? O Governo do Paraná ou o Governo Federal? Não é possível que somente o Paraná gere um terço dos empregos brasileiros nesses dois últimos anos! Algo está errado!

Vou profetizar neste momento: prezados paranaenses e brasileiros, dia 31 de outubro não terá mais inauguração de obras iniciadas pelo Governo anterior, porque não tem mais campanha eleitoral! Desligam-se as televisões! Diga-se de passagem, se desligarmos a Rede Globo, acabou o Governo Lula!

Está criado aqui um problema para a área agrícola do Paraná. O Presidente Lula editou numa Medida Provisória autorizando o plantio de transgênicos. Os agricultores paranaenses tiveram que fazer uma declaração que não plantaram transgênicos no ano passado. O que está acontecendo neste momento? Estão em Brasília todas as entidades representativas do Paraná para dizer ao Presidente que a Medida prejudicou o Paraná, porque ela só autoriza para quem plantou no ano passado. E os paranaenses que foram obrigados pelo Governo do Estado do Paraná a declarar que não plantaram transgênicos para poderem exportar pelo Porto de Paranaguá, quem vai pagar esse prejuízo?

Se o Presidente Lula não mudar a Medida Provisória, os agricultores paranaenses estão prejudicados!

Quando falam daquela tribuna, querendo justificar a questão dos programas sociais do Governo Lula, para quem assistiu aquele Ministro dando entrevista no “Fantástico”, só há uma solução: ele tem que ser demitido, porque é muita incompetência. E agora que descobriram!

Tem que envolver a sociedade, as entidades de classe, a Igreja, tem que envolver todos para fiscalizarem dois anos depois. Tem que ter cuidado, porque se esse Ministro não for demitido termina o governo e ele não se conscientizou do absurdo que está ocorrendo nesse programa social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos programas de alimentação escolar e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ., CF. E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Em discussão a Emenda. Em votação. **Aprovada.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para registrar a presença dos três Prefeitos eleitos da Região Sudoeste: Adair Cecatto, de São Jorge, mais conhecido como “Professor Pardal”; o Professor Joceli, que é de Bela Vista da Caroba; e também o nosso Prefeito Eduardo, que é do Município de Realeza. Três Prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, na Região Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nós agradecemos, imensamente, a presença dos Prefeitos do Sudoeste do Paraná e aqui nos somamos à Deputada Luciana Rafagnin, nos cumprimentos a todos vocês.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1632, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1633 a 1636, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1638, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1639, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1644, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1645 a 1648, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a Sessão, o Presidente Hermas Brandão convida a todos os Srs. Deputados para Sessão Solene de outorga de título de cidadania do então Deputado Orlando Pessuti, hoje nosso Vice-Governador, às 17h00, portanto, daqui a meia hora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 197, 265, 286 e 317/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 182, 183 e 190/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 013, 184, 291 e 325/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2004, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Dobrandino da Silva e o Presidente da Comissão, José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o Sr. Presidente solicitou à secretária da Comissão a leitura da Ata da reunião anterior, 18ª Reunião Ordinária. Na sequência o Sr. Deputado Elton Carlos Welter pede dispensa e todos aprovam. O Sr. Presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, conforme pauta, que expusessem seus pareceres refer-

entes às proposições: 01) Projeto de Lei nº 188/2004, de autoria Deputado Dobrandino da Silva. Relatora, Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria Deputado Dobrandino da Silva. Relatora, Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 723/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Relator, Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL, na forma do substitutivo geral - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 198/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/2004. Relator, Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Indicação nº 020/2004 de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos. Relator, Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 210/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Relator, Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 074/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator, Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Indicação nº 018/2004 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Relator, Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Antes de encerrar, o Sr. Presidente informou aos nobres Pares da resposta ao Ofício nº 16/2004 COPTC, enviado à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando diversas informações referentes a rodovias municipais dentro do Estado. Todos ficaram de posse do material enviado. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 2004, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Miltinho Puppio e o Presidente da Comissão, José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: Primeiramente o Sr. Presidente solicitou à secretária da Comissão a leitura da Ata da reunião anterior, 19ª Reunião Ordinária. Na sequência o Sr. Deputado Elton Carlos Welter pede dispensa e todos aprovam. O Sr. Presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, conforme pauta, que expusessem seus pareceres referentes às proposições: 01) Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria Deputado Augustinho Zucchi. Encontra-se reti-

rado de pauta desta Comissão de Mérito desde março do corrente ano, aguardando informações da FUNDEPAR, sem resposta até a presente data. A diligência foi no sentido de aquele órgão manifestar-se sobre a sua intenção de utilizar o mencionado imóvel, tendo em vista resposta da Coordenadoria de Patrimônio Público da Secretaria de Estado da Administração e Previdência e que limitou-se a informar que o terreno objeto desta proposição se encontra nas cercanias de dois conjuntos habitacionais e que não existe unidade escolar nas proximidades, propondo a consulta à FUNDEPAR para manifestar-se quanto a eventual interesse na área. Considerando-se que até a presente data não houve resposta e a função desta Comissão é a análise do mérito do projeto e não a sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, que já foi apreciada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, onde o presente relator já se posicionou pela necessidade de a iniciativa, obrigatoriamente, ter que partir do Executivo, emitiu assim Parecer FAVORÁVEL quanto ao seu mérito, considerando a inércia do Executivo quanto à manifestação solicitada. 02) Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria Deputado Duílio Genari. Relatora, Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria Deputado Dobrandino da Silva. Relatora, Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator, Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 703/2003 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator, Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 185/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator, Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Relator, Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 007/2004 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Relator, Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de 2004, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado

Antonio Anibelli e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Duílio Genari, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente Reunião, colocando a Ata da última Reunião Ordinária e o Termo de Ata do dia catorze de setembro em votação Aprovadas. Após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Tadeu Veneri, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Delegado Bradock - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 261/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 274/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 286/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 296/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 321/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais nada havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária